

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
 - 1.1 - 16ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 1.2 - Reunião de Comissões
- 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 4 - ERRATAS



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/3/2011

Presidência dos Deputados José Henrique, Inácio Franco e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questão de ordem - Correspondência: Mensagem nº 37/2011 (encaminhando o Projeto de Lei nº 666/2011), do Governador do Estado - Ofício nº 1/2011 (encaminhando o Relatório de Atividades do 3º trimestre de 2010), do Presidente do Tribunal de Contas - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2011 - Requerimentos nºs 236 a 242/2011 - Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos, das Deputadas Rosângela Reis (3), Maria Tereza Lara (2) e Ana Maria Resende (32) e dos Deputados Inácio Franco, Dalmo Ribeiro Silva (10), Deiró Marra (6), Paulo Guedes (21), Gustavo Valadares (36), Juninho Araújo (8), Carlin Moura, Adelmo Carneiro Leão (4), Dilzon Melo (2), André Quintão (2), Dinis Pinheiro, Antônio Carlos Arantes, João Leite, Célio Moreira (3) e Almir Paraca - Comunicações: Comunicações das Comissões de Minas e Energia, de Esporte, de Transporte, de Meio Ambiente, de Turismo, de Defesa do Consumidor e de Segurança Pública e do Deputado Rogério Correia - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Luiz Carlos Miranda, Doutor Viana e Paulo Guedes e da Deputada Liza Prado - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: Comissões Especiais para Emitir Parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 2, 8, 9, 10 e 11/2011 e sobre as indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -, Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem -, Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig - e José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam -, da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -, dos Srs. Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG -, Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - e Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas -, das Sras. Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff - FHA - e Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS -, do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -, das Sras. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP - e Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - e dos Srs. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG - e Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Célio Moreira



(3), Dalmo Ribeiro Silva (10), Deiró Marra (6), Paulo Guedes (21), Gustavo Valadares (36), Juninho Araújo (8), Carlin Moura, Adelmo Carneiro Leão (4), Dilzon Melo (2), André Quintão (2), Dinis Pinheiro, Antônio Carlos Arantes, João Leite, e Almir Paraca e das Deputadas Rosângela Reis (3), Maria Tereza Lara (2) e Ana Maria Resende (32); deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Inácio Franco; aprovação - Requerimento do Deputado Gustavo Valadares; deferimento; discurso do Deputado Rômulo Viegas - Requerimento do Deputado Bonifácio Mourão; deferimento; discurso do Deputado Fabiano Tolentino - Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Pompílio Canavez - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Romeu Queiroz - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Luiz Henrique, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Tiago Ulisses - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação à Mesa desta Casa sobre a interpretação do Regimento Interno. No art. 102 do Regimento Interno, estão disciplinadas as competências das comissões permanentes desta Casa. Peço atenção de nossos pares, pois sistematicamente a Comissão de Assuntos Municipais tem votado requerimentos de assuntos alheios a sua competência. Sendo assim, gostaria que a Casa opinasse sobre se debater questão ambiental é competência da Comissão de Assuntos Municipais ou da Comissão de Meio Ambiente. Amanhã haverá uma reunião em Paracatu para discutir sobre as consequências ambientais de uma mineradora. É importantíssimo debater isso. Sou a favor do objeto, mas que passe pela Comissão de Meio Ambiente. Na semana passada, foi votado outro requerimento solicitando debate sobre o acidente de Bandeira do Sul, especialmente sobre a questão da rede elétrica. Será que a rede elétrica não tem a ver com energia e com a Comissão de Minas e Energia? Será que a rede elétrica é assunto municipal? Baseado nisso, estou formulando uma questão de ordem para que a Mesa desta Casa faça uma padronização das competências de cada Comissão. Solicitarei uma reunião do Colégio de Líderes com Presidentes de comissões para que questões dessa natureza não mais se repitam nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Solicito que encaminhem à Mesa cópia dos requerimentos. Responderemos oportunamente à questão de ordem do Deputado Tiago Ulisses.

Correspondência

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

“MENSAGEM Nº 37/2011*"

Belo Horizonte, 15 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembleia Legislativa, o projeto de lei que dá a denominação de Escola Estadual Gutemberg Teodoro Penha à escola estadual de ensino médio situada na Avenida Perimetral, nº 2.300, Bairro Village do Lago II, no Município de Montes Claros.

O projeto encaminhado, que atende ao anseio do colegiado escolar, tem o objetivo de prestar homenagem a Gutemberg Teodoro Penha, nascido em 8/3/1983 e falecido em 4/11/2007.

O homenageado foi um jovem simples, que se destacou, por meio da dança e das artes, como professor no extinto programa “Agente Jovem”, deixando obras em diversas instituições e entidades de Montes Claros.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.



Justificação

O presente projeto de lei propõe que seja dada a denominação de Escola Estadual Gutemberg Teodoro Penha, de ensino médio, à Escola Estadual de Ensino Médio, localizada na Avenida Perimetral, nº 2.300, Bairro Village do Lago II, no Município de Montes Claros.

Trata-se de proposta que resulta de pedido formulado pela comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Médio, que, em reunião realizada no dia 16/4/2010, homologou, pela unanimidade dos votos dos seus membros, a indicação do nome Escola Estadual Gutemberg Teodoro Penha, de ensino médio, para denominação da referida unidade de ensino.

Gutemberg Teodoro Penha foi um jovem simples, mas que, por meio da dança e das artes, mudou o cenário de violência em sua comunidade. Foi um grande dançarino do grupo “Ritmus” e destacou-se como um ilustre professor de artes no extinto programa “Agente Jovem”. Hoje, suas obras, mesmo não sendo conhecidas no cenário nacional, encontram-se espalhadas por toda cidade de Montes Claros, enfeitando casas e diversas entidades e instituições.

O homenageado nasceu no dia 8/3/1983 e faleceu no dia 4/11/2007.

Cumpra ressaltar que, no Município de Montes Claros, não existem estabelecimento, instituição ou próprio público do Estado com igual denominação.

Mediante o exposto, a denominação ora proposta guarda plena conformidade com os requisitos fixados pela Lei nº 13.408, de 21/12/1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição ou próprio público do Estado, estando, assim, em condições de ser submetida ao exame da egrégia Assembleia Legislativa do Estado.

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2010.

Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação.

PROJETO DE LEI Nº 666/2011

Dá denominação a escola estadual de ensino médio localizada no Município de Montes Claros.

Art. 1º - A escola estadual de ensino médio, situada na Avenida Perimetral, nº 2.300, Bairro Village do Lago II, no Município de Montes Claros, passa a denominar-se Escola Estadual Gutemberg Teodoro Penha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIO Nº 1/2011

Do Sr. Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando relatório relativo às atividades desse órgão no terceiro trimestre de 2010. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

OFÍCIOS

Do Sr. Orlando Silva, Ministro do Esporte, encaminhando exemplar do “1º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para Realização da Copa do Mundo Fifa 2014”. (- À Comissão de Esporte.)

Do Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura, propondo a esta Casa parceria no que concerne à destinação de recursos de emendas parlamentares a programas e projetos executados por essa Pasta. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Alexandre Silveira, Secretário Extraordinário de Gestão Metropolitana e Presidente do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, agradecendo a indicação dos representantes deste Legislativo para o Conselho mencionado.

Do Sr. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.719 e 6.972/2010, ambos da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Sineval Roque, Corregedor da Assembleia Legislativa do Ceará, dando ciência da composição da Corregedoria-Geral dessa Casa para o biênio 2011-2012.

Do Sr. Márcio Heli de Andrade, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.016/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Isabel Pereira de Souza, Diretora-Presidente da Prodemge, encaminhando exemplar do “Relatório de Gestão 2006/2010”, editado por essa Companhia. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Maurício Borges, Superintendente Regional da CEF (7), informando a celebração de contratos de repasse de recursos que beneficiarão o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF (17), notificando a celebração de contratos de repasse de recursos que beneficiarão o Estado e a liberação de recursos para a Copasa-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Mons. Lázaro de Assis Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Educação, manifestando-se contrariamente ao Projeto de Lei nº 298/2011. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 298/2011.)

Da Sra. Raquel Elizabete de Souza Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.944/2010, da Comissão de Participação Popular.



Do Sr. Emilio Carlos Walter, Promotor de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.309/2010, das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública.

Do Sr. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.207/2009, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Leonardo Mesquita Cavalcanti, Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.621/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais, encaminhando cópias de resoluções do Secretário de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul e sugerindo que normas de mesmo teor sejam editadas no Estado. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Da diretoria do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais encaminhando nota de repúdio à usurpação de competência da Polícia Civil pela Polícia Militar. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Agostinho Gertrudes de Oliveira Neto, Presidente do Partido Social Liberal - PSL - no Estado, informando a indicação do Deputado Fábio Cherem para coordenar a representação desse Partido nesta Casa.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14/2011

Dá nova redação aos arts. 39, 61, 66, 90, 106, 110, 111, 136, 137, 142 e 143 da Constituição do Estado e acrescenta dispositivos a seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - A Constituição do Estado passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 39 - São militares do Estado os integrantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Ambiental Militar, que serão regidos por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar.

(...)

Art. 61 - (...)

VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Ambiental Militar;

(...)

Art. 66 - (...)

III - (...)

a) a fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Ambiental Militar;

(...)

Art. 90 - (...)

XXV - exercer o comando superior da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Ambiental Militar, promover seus oficiais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

(...)

Art. 106 - (...)

I - (...)

b) o Secretário de Estado, ressalvado o disposto no § 2º do art. 93, os Juízes dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar, os Juízes de Direito, os membros do Ministério Público, o Comandante-Geral da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e o da Polícia Ambiental Militar e os Prefeitos Municipais, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

(...)

Art. 110 - O Tribunal de Justiça Militar, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de Juízes oficiais da ativa, do mais alto posto da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Ambiental Militar, e de Juízes civis, em número ímpar, fixando na Lei de Organização e Divisão Judiciárias, excedendo o número de Juízes oficiais ao de Juízes civis em uma unidade.

(...)

Art. 111 - Compete à Justiça Militar processar e julgar o policial militar, o bombeiro militar e o militar ambiental em crime militar definido em lei e ao Tribunal de Justiça Militar decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.

(...)

Art. 136 - (...)

IV - Polícia Ambiental Militar.

(...)

Art. 137 - A Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Ambiental Militar se subordinam ao Governador do Estado.

(...)

Art. 142 - A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Ambiental Militar, forças públicas estaduais, são órgãos permanentes, organizados com base na hierarquia e na disciplina militares e comandados, preferencialmente, por oficial da ativa do último posto, competindo:

(...)



III - à Polícia Ambiental Militar a polícia de florestas, de mananciais, de sítios de interesse paisagístico, arqueológico, espeleológico e ambiental, a polícia ostensiva do meio rural, compreendendo a proteção da família rural, de seu patrimônio e dos bens produzidos ou armazenados na unidade de produção, além da garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicos, especialmente na área de proteção ambiental;

IV - à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros Militar e à Polícia Ambiental Militar a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal.

§ 1º - A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Ambiental Militar são forças auxiliares e reservas do Exército.

§ 2º - Por decisão fundamentada do Governador do Estado, o comando da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar ou da Polícia Ambiental Militar poderá ser exercido por oficial da reserva que tenha ocupado, durante o serviço ativo e em caráter efetivo, cargo privativo do último posto da corporação.

(...)

Art. 143 - Lei complementar organizará a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Ambiental Militar.”.

Art. 2º - Ficam acrescentados ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os seguintes artigos:

"Art. 128-A - Os oficiais e praças lotados em unidades do Batalhão de Polícia Florestal da PMMG na data da publicação da emenda que instituiu este artigo terão o prazo de noventa dias para realizar a opção irretratável de permanência na Polícia Militar.

(...)

Art. 128-B - Terá o prazo de noventa dias para realizar a opção irretratável pela integração nos quadros da Polícia Ambiental Militar o militar lotado em unidade da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar na data de publicação da emenda que instituiu este artigo.

(...)

Art. 128-C - Até que lei complementar disponha sobre a organização básica, o estatuto dos servidores e o regulamento da Polícia Ambiental Militar, aplica-se a essa instituição militar a legislação vigente para a Polícia Militar, naquilo que tiver aplicação comum às instituições militares estaduais.

Parágrafo único - No decorrer do exercício de 2008, a ordenação de despesas da Polícia Ambiental Militar será realizada pela Polícia Militar, até que se processe a individualização dos respectivos orçamentos na proposta orçamentária do exercício de 2009.

(...)

Art. 128-D - A efetivação do desmembramento patrimonial, financeiro e orçamentário da Polícia Ambiental Militar e da Polícia Militar se dará na forma da lei, que disporá também sobre o respectivo período de transição.

Parágrafo único - Lei, cujo projeto será remetido pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa, no prazo de cento e vinte dias a contar da promulgação da emenda que instituiu este artigo, disporá sobre a estrutura administrativa da Polícia Ambiental Militar.”.

Art. 3º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de março de 2011.

Delvito Alves - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Mosconi - Deiró Marra - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Guedes - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Tadeuzinho Leite.

Justificação: A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais desempenha ações de grande relevância para o Estado, primando, até mesmo pela garantia da preservação ambiental e proteção à biodiversidade, com o objetivo de manter o equilíbrio e níveis significativos de qualidade de vida para a população.

Parece óbvio, entretanto, que o desempenho de suas altas e nobres funções na área ambiental poderá ganhar novo impulso e maior eficiência se o atual modelo de organização for alterado com o escopo de lhe assegurar, nesse mister, maior autonomia, nos moldes do que atualmente ocorre com o Corpo de Bombeiros Militar.

Ainda que se reconheça que a PMMG tem demonstrado competência na realização de suas atividades - e de fato tem -, é indiscutível que a instituição de uma Polícia Militar Ambiental, corporação dotada de estrutura e estatutos próprios, direcionada única e exclusivamente para as questões ambientais, representaria uma nova concepção organizacional com perspectiva de inestimáveis ganhos para nossa sociedade. Como se sabe, o direito ao meio ambiente protegido é um direito difuso, já que pertence a todos e é um direito humano fundamental, consagrado nos Princípios 1 e 2 de Estocolmo e reafirmado na Declaração do Rio.

A Constituição do Estado estabelece, de modo expresse, os deveres do Estado no que se refere à defesa do equilíbrio ambiental, determinando as atribuições do poder público com vistas a dar efetividade ao direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, na forma do § 1º de seu art. 214. Acreditamos que um dos instrumentos privilegiados no cumprimento dessas atribuições é uma força policial com feição própria e treinamento específico para prevenir, pelo trabalho educativo, pelo policiamento ostensivo e, quando necessário, pela repressão, os delitos contra o patrimônio ambiental. Embora a Constituição Federal, em seu art. 144, faça menção expressa apenas à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar como órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, não enxergamos nenhum impedimento a que o Estado, no uso de sua competência legislativa e no exercício da autonomia de que é dotado, crie órgão específico para proteger o meio ambiente, seja em razão do que estabelece o art. 23, VI, da Constituição Federal, seja em face das incumbências descritas no § 1º do art. 225 do mesmo Diploma.

Noutro giro, com supedâneo no § 1º do art. 42, combinado com o disposto no inciso X do § 3º da Constituição Federal, compete a cada ente federado legislar sobre a respectiva Polícia Militar, não havendo óbice, segundo entendemos, a que o Estado crie órgão específico, de feições militares, para desincumbir-se da proteção ao meio ambiente. Destarte, o art. art. 61 da Carta mineira atribui à Assembléia Legislativa o poder de dispor sobre todas as matérias de competência do Estado.



Por outro lado, se considerarmos tal atividade como prestação de serviço público, como, de fato, é, e levando-se em conta o regime jurídico de tais serviços, é de boa política legislativa e administrativa promover, neste caso, a sua desconcentração, mediante a criação de um órgão autônomo. De fato, a desconcentração administrativa significa, tão somente, a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de acelerar ou aprimorar a prestação do serviço. Na desconcentração, por via de regra, o serviço era centralizado e continuou centralizado, já que a substituição se processou apenas internamente. Trata-se de técnica que objetiva garantir maior eficiência na prestação dos serviços a cargo do Estado. Nesta perspectiva, parece não haver dúvida de que a criação de um órgão específico responsável pela polícia ambiental, dotado de certa autonomia administrativa e funcional, constitui um passo fundamental para que o Estado possa assegurar o direito que todos nós temos a um ambiente equilibrado.

Com esses argumentos, e com outros que certamente serão acrescentados pelo notável saber legislativo e jurídico dos membros desta Casa e de seu corpo técnico, contamos com os nobres pares para a aprovação desta proposta de emenda à Constituição.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 236/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre a situação da produção da água mineral Caxambu. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 237/2011, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Associação de Cegos Louis Braille pelos 78 anos de sua fundação. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 238/2011, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Unifal-MG pelos 97 anos de sua fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 239/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Procon Estadual e ao Inmetro pedido de providências para promover o imediato recolhimento da serpentina metálica, supostamente causadora de grave acidente no Município de Bandeira do Sul, até que seja esclarecido o grau de periculosidade do material; e seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que promova estudos sobre os riscos do uso desse produto.

Nº 240/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para que priorize, pelo Programa Caminhos de Minas, o asfaltamento de trecho de 8km entre os Municípios de Jacutinga e Espírito Santo do Pinhal (SP).

Nº 241/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT em Minas Gerais pedido de providências para instalar redutores de velocidade ou radares entre os Kms 78 e 85 da Rodovia BR-459, no segmento que passa pelo Município de Congonhal.

Nº 242/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego da Regional Minas Gerais e aos Diretores Executivos da Cemig e da Aneel pedido de providências para apurar casos de precarização e consequente periculosidade do exercício laboral, em decorrência da utilização da mão de obra terceirizada sem a devida supervisão.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos Humanos, das Deputadas Rosângela Reis (3), Maria Tereza Lara (2) e Ana Maria Resende (32) e dos Deputados Inácio Franco, Dalmo Ribeiro Silva (10), Deiró Marra (6), Paulo Guedes (21), Gustavo Valadares (36), Juninho Araújo (8), Carlin Moura, Adelmo Carneiro Leão (4), Dilzon Melo (2), André Quintão (2), Dinis Pinheiro, Antônio Carlos Arantes, João Leite, Célio Moreira (3) e Almir Paraca.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Minas e Energia, de Esporte, de Transporte, de Meio Ambiente, de Turismo, de Defesa do Consumidor e de Segurança Pública e do Deputado Rogério Correia.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Luiz Carlos Miranda, Doutor Viana e Paulo Guedes e a Deputada Liza Prado proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 4º período do curso de Direito da Unipac Betim, que estão acompanhando os trabalhos desta Assembleia, e os cumprimenta.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

- A seguir, o Sr. Presidente designa, cada uma por sua vez, os membros das Comissões Especiais para Emitir Parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 2, 8, 9, 10 e 11/2011 e sobre as indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -, Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem -, Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig - e José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam -, da Sra. Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -, dos Srs. Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG -,



Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - e Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas -, das Sras. Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff - FHA - e Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS -, do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -, das Sras. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP - e Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - e dos Srs. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG - e Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex -, que foram publicadas na edição anterior.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 239/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, 240 e 241/2011, da Comissão de Transporte, e 242/2011, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Minas e Energia - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 3/3/2011, do Requerimento nº 74/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; de Esporte - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 15/3/2011, do Requerimento nº 198/2011, do Deputado João Vítor Xavier; de Transporte - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 15/3/2011, dos Requerimentos nºs 186 e 187/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, 188/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 197/2011, do Deputado Hélio Gomes, e 202/2011, da Comissão de Segurança Pública; de Meio Ambiente - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 15/3/2011, do Requerimento nº 166/2011, do Deputado Doutor Viana; de Turismo - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 15/3/2011, dos Requerimentos nºs 75/2011, do Deputado Duarte Bechir, 126/2011, do Deputado Jayro Lessa, e 130 e 132/2011, do Deputado Doutor Viana; de Defesa do Consumidor - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 15/3/2011, do Requerimento nº 195/2011, do Deputado Elismar Prado; e de Segurança Pública - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 15/3/2011, dos Requerimentos nºs 182/2011, do Deputado Jayro Lessa, e 183/2011, do Deputado Duarte Bechir (Ciente. Publique-se); e pelo Deputado Rogério Correia, cujo teor foi publicado na edição anterior.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Célio Moreira (2) solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs 437 e 441/2011 (Arquivem-se os projetos); e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Célio Moreira solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.253/2010, Dalmo Ribeiro Silva (10) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 135, 144, 152, 154, 157, 813, 1.513, 1.578 e 1.654/2007 e 3.039/2009, Deiró Marra (6) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.469/2007, 2.116/2008, 3.788 e 3.930/2009, 4.292 e 5.063/2010, Paulo Guedes (21) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.921/2007, 2.501, 2.511, 2.512, 2.515, 2.538, 2.541, 2.542, 2.543 e 2.544/2008, 3.513 e 3.621/2009, 4.264, 4.269, 4.729, 4.816, 4.863, 4.931, 5.023, 5.024 e 5.025/2010, Gustavo Valadares (36) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 39, 159, 160, 166, 167, 175, 180, 181, 1.063, 1.201, 1.316, 1.465 e 1.588/2007, 2.058 e 2.179/2008, 3.483, 3.588, 3.667, 3.969, 4.091, 4.094, 4.115 e 4.116/2009, 4.183, 4.184, 4.185, 4.186, 4.188, 4.407, 4.507, 4.972, 4.990, 4.991, 5.041, 5.061 e 5.062/2010, Juninho Araújo (8) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.569, 2.571 e 2.866/2008, 3.456 e 3.920/2009, 4.218, 4.408 e 4.566/2010, Carlin Moura solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.084/2010, Adelmo Carneiro Leão (4) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 4.441, 4.442, 4.445 e 4.533/2010, Dilzon Melo (2) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 4.524 e 4.636/2010, André Quintão (2) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 3.950/2009 e 5.054/2010, Dinis Pinheiro solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.629/2010, Antônio Carlos Arantes solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.093/2010, João Leite solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.812/2010, e Almir Paraca solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 51/2009, e das Deputadas Rosângela Reis (3) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 601 e 604/2003 e 528/2007, Maria Tereza Lara (2) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 3.418/2009 e 4.511/2010, e Ana Maria Resende (32) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 412, 413, 414, 416, 454, 455, 503, 1.550 e 1.775/2007, 2.493, 2.594, 2.595, 2.727 e 2.800/2008, 3.098, 3.382, 3.635, 3.636, 3.706, 3.752, 4.020 e 4.134/2009, 4.220, 4.221, 4.482, 4.515, 4.654, 4.802, 4.883, 4.884, 4.928 e 5.078/2010.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando à Secretaria da Fazenda do Município de Contagem informações sobre a arrecadação tributária desse Município, por tributo, nos últimos 5 anos. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Requerimento do Deputado Inácio Franco solicitando ao Superintendente Regional do DNIT no Estado informações sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo governo federal para a duplicação da BR-040, no trecho que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Rômulo Viegas. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Rômulo Viegas.



- O Deputado Rômulo Viegas profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Bonifácio Mourão solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Fabiano Tolentino. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Fabiano Tolentino.

- O Deputado Fabiano Tolentino profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Pompílio Canavez. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Pompílio Canavez.

- O Deputado Pompílio Canavez profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Deilson Cunha Matoso, Superintendente da Total Linhas Aéreas S.A. (10/2/2011); da Sra. Maria das Graças de Oliveira, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central e da Webjet Linhas Aéreas S.A., e do Sr. Fernando Ferreira Abreu, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor (18/2/2011). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os problemas relacionados à terceirização das atividades da Cemig, como a perda de qualidade no fornecimento de energia; e seja encaminhado ao Procon Estadual e ao Inmetro pedido de providências com vistas a que seja imediatamente retirada do mercado a serpentina metálica, material que teria causado grave acidente em Bandeira do Sul, até que seja aferido seu grau de periculosidade, encaminhando-se também à Cemig pedido de providências com vistas à realização de estudos sobre os riscos do uso desse material; da Deputada Liza Prado e do Deputado Elismar Prado em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para discutir a proposta do governo federal referente ao plano nacional de ampliação do acesso à banda larga. Neste momento, o Deputado Délio Malheiros passa a Presidência à Deputada Liza Prado. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater, em Extrema, a tarifa cobrada pela Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB - e para discutir a importação de produtos chineses em condições desiguais de competitividade em relação aos produtos brasileiros; e Délio Malheiros (7) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater a qualidade do diesel e suas implicações para os consumidores; para discutir a razão de os consumidores do Estado não terem sido ainda beneficiados pela redução dos custos com o aluguel de máquinas de cartões de crédito; para discutir denúncia de que a empresa NET praticaria vendas casadas na comercialização de planos de assistência técnica; para debater o projeto apresentado à Prefeitura de Belo Horizonte para modernização do Mercado Distrital do Cruzeiro; para debater as razões do reajuste das tarifas de energia elétrica, que pode chegar, no Estado, a 11%; para discutir a possível paralisação dos médicos que atendem pelo sistema privado de saúde complementar; e para discutir a Lei nº 9.529, de 2008, do Município de Belo Horizonte, que dispõe sobre a obrigatoriedade da substituição de sacolas e sacos de lixo plásticos por sacos e sacolas ecológicos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Antônio Júlio - Duílio de Castro - Carlos Henrique.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Gustavo Valadares, Neider Moreira, Rogério Correia, Paulo Lamac e Bruno Siqueira e a Deputada Luzia Ferreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as Deputadas Rosângela Reis e Liza Prado e os Deputados Sávio Souza Cruz, José Henrique, Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Sebastião Costa, Antônio Carlos Arantes, Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana, Carlos Henrique, Tiago Ulysses, Jayro Lessa, Leonardo Moreira, Luiz Humberto Carneiro, Zé Maia, Carlin Moura, Inácio Franco, Duarte Bechir, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Perrella, Tadeuzinho Leite, Luiz Henrique, Pompílio Canavez, Sargento Rodrigues, João Leite, Ulisses Gomes e Rômulo Viegas. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência



informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as leis delegadas publicadas em dezembro de 2010 e janeiro de 2011, que alteram a estrutura da administração pública do Estado. Registra-se a presença das Sras. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Beatriz da Silva Cerqueira, Presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-Ute-MG -; e do Sr. Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais - Sindifisco-MG -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Délio Malheiros - Bonifácio Mourão - Rogério Correia - Fred Costa.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Tenente Lúcio e Hélio Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Rômulo Viegas para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Tenente Lúcio e para Vice-Presidente o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ambos com 3 votos. Na condição de Presidente “ad hoc”, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva empossa o Deputado Tenente Lúcio no cargo de Presidente. A Presidência fixa o horário das reuniões ordinárias para as terças-feiras, às 10 horas. Registra-se a presença dos Deputados Ulysses Gomes e Antônio Carlos Arantes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, nesta mesma data, às 14h30min, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas - Ulysses Gomes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Cássio Soares e Luiz Henrique (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Felisberto Egg de Resende, advogado, sugerindo que a Comissão elabore uma lei para tratar da alimentação em quartéis militares; Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais, solicitando que a Comissão acione o representante legal do Município de Poços de Caldas e o representante do Ministério Público local para prestar informações sobre o não cumprimento da lei municipal que prevê o serviço de verificação de óbitos; Marcelo Batista de Assis, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Socioeducativos de Minas Gerais, solicitando a realização de uma audiência pública para discutir as necessidades da categoria, em especial o fornecimento do material de segurança para os Agentes Socioeducativos; Avilmar da Silva Hemérito, Presidente da Câmara Municipal de Caxambu, solicitando informações sobre as providências tomadas pela Comissão em relação às demandas apresentadas na audiência pública realizada no dia 26/11/2010; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte, e do Ten.-Cel. PM Antônio Leandro Bettoni da Silva, Subcomandante da Academia de Polícia Militar (18/12/2010); dos Srs. Murilo Andrade de Oliveira, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Defesa Social (8/1/2011); Bernardo Garcia Sampaio, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça; Cel. PM Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG (4/2/2011); Aredes Correia Pires, Corregedor-Geral da Segurança Pública do Estado de Goiás; César Augusto Monteiro Alves Júnior, titular da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil - Araguari; José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Edson José Pereira, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais (17/2/2011); Júlio Cesar Machado Ferreira de Melo, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (24/2/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 13, 42, 54, 59, 60 a 62, 78, 79, 101, 107 com a Emenda nº 1, e 120/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a segurança na Praça do Papa, localizada nesta Capital; do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada visita às instalações do Disque-Denúncia 181, com sede em Belo



Horizonte, para se conhecerem a estrutura e as diretrizes desse projeto; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Cássio Soares (2) em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS - pedido de providência para análise da possibilidade de subdividir a linha de ônibus 4107; e seja encaminhado ao Prefeito de Belo Horizonte pedido de providência para a reforma e a reabertura do Centro de Saúde Cafezal e para a manutenção permanente da Praça Bela Vista, ambos localizados no Aglomerado da Serra, nesta Capital; da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja realizada visita ao Secretário de Defesa Social para discutir a segurança pública no Município de Betim; do Deputado Carlin Moura em que solicita seja encaminhada ao Coronel Irani Alvear Saraiva, Comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais, ao Capitão Ildeu Heller Coelho Martins, Comandante da Companhia da Polícia Militar 186 do 39º BPM-MG, e ao Major Carlos Alberto Sacramento, Comandante da 1ª Companhia de Missões Especiais, voto de congratulações pelo serviço de prevenção e proteção à segurança dos foliões durante a 19ª edição do Carnaval fora de Época - "Banda Mole", no Município de Contagem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2011.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Cássio Soares - Sargento Rodrigues.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeuzinho Leite, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 111 e 154/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bosco (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Turismo nos Municípios de Araxá e Sacramento, com o objetivo de conhecer e avaliar o potencial local, para que estes Municípios sejam subsede da Copa do Mundo de 2014 e Tadeuzinho Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de ouvir o Secretário de Estado de Esporte para expor os trabalhos a serem desenvolvidos no próximo biênio, em especial os programas estruturadores e associados constante do PPAG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Fabiano Tolentino.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Carlos Henrique (substituindo o Deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da Liderança do BMSC), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gilberto Abramo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Adriene Andrade, Corregedora do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando demonstrativos gráficos que registram os resultados dos trabalhos desse Tribunal no ano de 2010; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Denilson Dorneles, Coordenador Político do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte de Passageiros Urbano, Semiurbano, Metropolitano, Rodoviário, Intermunicipal, Interestadual, Internacional, Fretamento, Turismo e Escolar de Belo Horizonte e Região Metropolitana (10/2/2011); e Marcello Guilherme Abi-Saber, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais de Belo Horizonte (11/2/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6, 7, 8, 110 e 140/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Célio Moreira, Adalclever Lopes, Gustavo Valadares, Anselmo José Domingos e Carlos Henrique (8) em que solicitam sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater o projeto e o cronograma das obras do RMOanel; a atual situação do Anel Rodoviário; a atual situação da BR-381; as modificações nos projetos das obras do Vetor Sul da RMBH, seu processo de licenciamento e o cronograma de execução; o projeto e o cronograma das obras de expansão das linhas do Metrô de Belo Horizonte; seja realizado nesta Casa ciclo de debates para discutir a recuperação da malha viária mineira e o desenvolvimento econômico do Estado; seja realizada visita ao Anel Rodoviário; seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a estrada que liga os Municípios de Formoso e Chapada Gaúcha, considerando que as duas regiões foram contempladas no Processo; Célio Moreira (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a



possibilidade de implantação da praça de segurança sob as torres de alta tensão da Cemig, situadas entre as ruas José Amaral Pimenta, Um e Vila da Independência, no Bairro Independência, em Belo Horizonte; sejam realizadas visitas às obras do Point Barreiro; às obras do Hospital Metropolitano do Barreiro; e às obras do viaduto do Barreiro, que ligará o Barreiro à região Oeste de Belo Horizonte; Dalmo Ribeiro Silva (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Capitólio para debater a navegabilidade do Lago de Furnas; sejam encaminhados pedidos de providências ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas para que priorize, por meio do programa Caminhos de Minas, o asfaltamento do trecho entre o Município de Jacutinga e o de Espírito Santo do Pinhal (SP), em um percurso de 8km; e ao Superintendente Regional do DNIT no Estado para instalar redutores de velocidade ou radares entre o Km 78 e o 85 da Rodovia BR-459, no trecho que passa pelo Município de Congonhal; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a mobilidade urbana no Estado de Minas Gerais; Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação dos anéis rodoviários do Estado; Bruno Siqueira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Juiz de Fora para debater as obras de melhorias que serão realizadas na Rodovia BR-040; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Itamarandiba para debater a pavimentação da Rodovia MG-214, nos trechos Itamarandiba-Capelinha e Itamarandiba-Senador Modestino Gonçalves; Adalclever Lopes em que solicita seja realizada visita desta Comissão às obras de construção de redes de captação e interceptação de esgoto sanitário urbano pela Copasa-MG, no Município de Caratinga. A Presidência informa que os requerimentos do Deputado Fred Costa (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiências públicas para debater a situação do Anel Rodoviário e o planejamento e execução do Rodoanel estão prejudicados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2011.

Celinho do Sinttrocel, Presidente - Anselmo José Domingos - Célio Moreira - Carlos Henrique.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Carlos Miranda e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão. É recebida comunicação de renúncia do Deputado Luiz Carlos Miranda ao cargo de Vice-Presidente desta Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir os motivos da transferência do Cb. PM, Robert Martins de Barros do Município de Coronel Fabriciano para o Município de Santana do Paraíso. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião especial, a realizar-se nesta mesma data, às 16h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Paulo Lamac - Luiz Carlos Miranda.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de cartão da Sra. Adriene Andrade, Corregedora do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando os demonstrativos gráficos que registram o resultado dos trabalhos desse Tribunal no ano de 2010; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil; Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional (substituto) do DNIT (2); José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG (18/12/2010); Agostinho Patrus Filho, Secretário de Turismo; José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG (11/2/2011); e Ronaldo José Ferreira Magalhães, da Diretoria de Áreas Protegidas do IEF (24/2/2011). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (7) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a importação de produtos chineses; seja realizada reunião de audiência pública no Município de Camanducaia para discutir a implementação de medidas relativas ao fomento do setor turístico nesse Município, tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014; seja realizada reunião de audiência pública para debater a necessidade de ampliação dos portos secos no Estado; seja realizada reunião de audiência pública no Município de Monte Sião para debater ações que incrementem o turismo durante o período da Copa do Mundo de 2014; seja realizada reunião de audiência pública no Município de Maria da Fé para conhecer e debater ações em discussão pela Epamig relativas ao plantio de azeitona na região; seja encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e



Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel, pedido de providências para que se empenhe junto ao governo federal e à Câmara de Comércio Exterior - Camex - no intuito de frear as importações, que têm prejudicado diversos setores da economia do Estado; seja encaminhado ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pedido de providências para que se empenhe buscando ações para impedir que o corte no Orçamento da União de 2011, anunciado pelo governo federal, atinja empreendimentos no Estado, como o acordo celebrado pelo Exército Brasileiro com a Helicópteros do Brasil S.A. - Helibrás -, com unidade em Itajubá, evitando prejuízos para o Estado e para todo o Brasil; Tenente Lúcio (4) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública em todos os Municípios do Estado candidatos a subsede da Copa do Mundo de 2014, para tratar do desenvolvimento turístico e econômico de cada um deles e de suas potencialidades para receberem esse evento; seja feita visita à Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sra. Dorothea Werneck, para parabenizá-la por sua nomeação e para propor uma parceria entre a Comissão e o Executivo Estadual, por meio dessa Secretária, a fim de promover a discussão das questões mais relevantes e atuais para o desenvolvimento da indústria, comércio e cooperativismo no Estado; seja feita visita ao Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo, Sr. Sérgio Alair Barroso, para parabenizá-lo por sua nomeação e para propor uma parceria entre a Comissão e o Executivo Estadual, por meio dessa Secretária, a fim de promover a discussão das questões mais relevantes e atuais para o sucesso da realização da Copa do Mundo de 2014 no Estado; seja feita visita ao Secretário de Estado de Turismo, Deputado Agostinho Patrus Filho, para parabenizá-lo por sua nomeação e para propor uma parceria entre a Comissão e o Executivo Estadual, por meio dessa Secretária, a fim de promover a discussão das questões mais relevantes e atuais do turismo em nosso Estado, em especial a Copa do Mundo de 2014, seja realizado seminário legislativo tendo como foco a atualização do Plano Mineiro de Turismo e a consolidação da legislação relativa ao turismo, o ICMS Turístico, a elaboração de um programa de desenvolvimento do turismo náutico e da pesca esportiva no Estado, entre outros; Alencar da Silveira Jr. (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a consolidação das leis que regulamentam o turismo no Estado; seja realizado debate público para discutir a consolidação das leis que regulamentam o turismo no Estado; Bosco (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Esporte e Lazer, no Município de Sacramento, com o objetivo de conhecer e avaliar o potencial desse Município, que objetiva ser subsede da Copa do Mundo de 2014; seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Esporte e Lazer, no Município de Araxá, com o objetivo de conhecer e avaliar o potencial desse Município, que objetiva ser subsede da Copa do Mundo de 2014; e Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir sobre ações governamentais para a promoção da Copa do Mundo de 2014 em diversos setores, tais como transporte, rede hoteleira, bares e restaurantes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2011

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião, esclarece que não há ata a ser lida por ser a primeira reunião da Comissão e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Adelmo Carneiro Leão para atuar como escrutinador. Realizada a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Carlos Mosconi e para Vice-Presidente o Deputado Hely Tarquínio, ambos por unanimidade. O Deputado Hely Tarquínio declara empossado o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, a quem passa a direção dos trabalhos. Este, por sua vez, declara empossado o Deputado Hely Tarquínio como Vice-Presidente. Ouvidos os parlamentares, a Presidência informa que a Comissão se reunirá ordinariamente às quartas-feiras, às 9h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2011

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e, a seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Rômulo Veneroso para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição, para Presidente, do Deputado Elismar e, para Vice-Presidente, da Deputada Luzia Ferreira, ambos com cinco votos. O Presidente "ad hoc" empossa o Presidente eleito, Deputado Elismar Prado, que, ao assumir a direção dos trabalhos, empossa a Vice-Presidente, Deputada Luzia Ferreira, e fixa o horário das reuniões ordinárias da Comissão, para as quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.



Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Carlos Mosconi - Tenente Lúcio.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2011

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Adriene Andrade, Corregedora do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando demonstrativo gráfico dos resultados dos trabalhos do Tribunal no segundo semestre de 2010; e da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: dos Srs. Pedro Augusto Sanguinetti Ferreira, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (substituto); Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (4.429); Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; e da Sra. Júnia Cristina França Santos Egidio, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Turismo (18/12/2010); dos Srs. Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas; Cleber Fernando de Almeida, Coordenador-Geral da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Águas; Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social (2); Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (298) (8/1/2011); Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Fazenda; Renato Thomaz de Aquino, Gerente Regional da CEF; Robson Antônio de Almeida, Coordenador Nacional Adjunto da Monumenta; Eivaldo M. Bittencourt Junior, Coordenador-Geral de Convênios da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos (4/2/2010); Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça; Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; Juliano Roso, Vice-Presidente em exercício da Câmara Municipal de Passo Fundo (RS); Antonio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; Antonio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; da Sra. Cristina Maria de Moraes Aragão, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (substituta); dos Srs. Eivaldo M. Bittencourt Junior, Coordenador-Geral de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Carlo Roberto Simi, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego; Renato Thomaz de Aquino, Gerente Regional da CEF (4) e Sidnei Borges Fidalgo, Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do PNSP da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e da Sra. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia (10/2/2011); das Sras. Helenice Machado Mendes Rutkowski, Diretora da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria da Fazenda (2); Jane Carla Lopes Mendonça, Diretora de Planejamento e Gestão Interna do Instituto Brasileiro de Museus e Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário; e do Sr. Rodrigo Rodrigues dos Santos, do BNDES (11/2/2011); do Sr. Carlo Roberto Simi, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (12/2/2011); dos Srs. Marx Fernandes dos Santos, Superintendente Regional da CEF; Sidnei Borges Fidalgo, Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do PNSP da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (841); Antônio do Valle Ramos, Superintendente Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado; e Alexandre Cabana de Queiroz Andrade, Diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça (substituto); e das Sras. Carolina Queiroz Alves, da Coordenação de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Júnia Cristina França Santos Egidio, Coordenadora-Geral de Convênios da Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo; Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (4) (24/2/2011); do Sr. Alexandre Navarro Garcia, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; e das Sras. Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (4) (25/2/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Deputado João Vítor retira-se da reunião. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 121/2011. O Requerimento nº 158/2011 tem a votação adiada atendendo-se a requerimento do Deputado Doutor Viana, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Zé Maia, Presidente - Gustavo Perrella - João Vítor Xavier - Ulysses Gomes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2011

Às 10h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bosco e João Vítor Xavier, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Bosco para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Bosco para Presidente e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva para Vice-Presidente, ambos com três votos. O Presidente proclama o resultado da eleição, declara empossado



como Presidente o Deputado Bosco e passa-lhe a Presidência. O Deputado Bosco declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Em seguida, a Presidência fixa o horário das reuniões ordinárias para as quartas-feiras, às 10h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Bosco, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Carlin Moura - Neilando Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2011

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: fax do Sr. Célio Sales Sobrinho, de Muzambinho, publicado no “Diário do Legislativo” de 18/12/2010; ofícios do Sr. Gilman Viana Rodrigues, publicado no “Diário do Legislativo” de 8/1/2011; da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; do Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicados no “Diário do Legislativo” de 9/2/2011; dos Srs. Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura; Carlos Márcio Ortiz Pereira, Delegado da Receita Federal em Varginha; e nota técnica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, publicados no “Diário do Legislativo” de 10/2/2011; ofício do Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura, publicado no “Diário do Legislativo” de 17/2/2011; e de Demonstrativos Gráficos de Resultados do 2º Semestre e Anual/2010 (2), da Corregedoria do Tribunal de Contas deste Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes (6) em que solicita sejam realizadas reunião de audiência pública para debater o licenciamento ambiental para instalação de tanques-rede no lago de furnas; reunião com o Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os Presidentes da Emater-MG e da Epamig, com o Diretor-Geral do Ima, e com o Diretor-Geral da Ruralminas, para que sejam apresentadas, por parte desses dirigentes, as perspectivas e os objetivos dessas entidades no presente mandato do governo estadual; reunião de audiência pública com a finalidade de discutir a regulamentação e a aplicação da Lei nº 19.476, de 11/1/2011, que dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimentos agroindustrial e rural de pequeno porte no Estado; reunião com o Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária para que sejam apresentadas as perspectivas e os objetivos da Secretaria e do Iter-MG, para o presente mandato do governo estadual; reunião de audiência pública para debater o planejamento e a política de produção florestal do Estado, tendo em vista as possibilidades de mudanças anunciadas pelo Poder Executivo, nos termos da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011; e reunião de audiência pública para debater alterações previstas no Código Florestal Brasileiro, relacionadas com o setor produtivo mineiro; Rogério Correia (3) em que solicita sejam realizadas reunião de audiência pública para debater os problemas que têm dificultado a consolidação do Programa Nacional de Crédito Fundiário em Minas Gerais; reunião de audiência pública para debater o Programa Territórios da Cidadania, do governo federal, e sua implementação no Estado; e reunião de audiência pública para debater a implementação do Programa Luz Para Todos, do governo federal, no Estado; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para debater sobre a alimentação escolar na rede estadual de ensino; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a crise gerada pela ferrugem asiática nas lavouras de soja do Estado; e Inácio Franco em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Segurança Pública, no Município de Pará de Minas, para debater as denúncias de furto de gado no Estado, em especial nas regiões Centro Oeste e do Alto Paranaíba. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Doutor Viana - Romel Anízio - Rômulo Viegas.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/3/2011

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Pompílio Canavez, Sebastião Costa e Carlin Moura (substituindo o Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Rogério Correia e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Pompílio Canavez, em que solicita seja realizada visita ao Município de Bandeira do Sul para verificar as condições que ocasionaram o acidente que resultou na morte de 15 pessoas, no dia 27/2/2011, bem como expressar solidariedade ao Prefeito e às



famílias enlutadas. São também recebidos pela Presidência os requerimentos dos Deputados Pompílio Canavez e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater a segurança da rede elétrica nos Municípios do Estado; e do Deputado Pompílio Canavez em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir questões relacionadas ao acidente ocorrido no Município de Bandeira do Sul, em especial as condições da rede elétrica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez - Liza Prado.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/3/2011

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os motivos da transferência do Cabo da Polícia Militar Robert Martins de Barros do Município de Coronel Fabriciano para o Município de Santana do Paraíso. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Eliane Neves Albuquerque Martins, o Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Praças da Polícia Militar e Bombeiro Militar - Aspra - PM-BM, representando o Subtenente PM Raimundo Nonato Meneses Araújo, Presidente, e o Sr. Geraldo Lopes de Paula, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2011

Às 19 horas, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Liza Prado e o Deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina à apresentação do livro "Opção pelos Pobres no Século XXI", organizado por Pedro A. Ribeiro de Oliveira, e comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, justificando sua ausência na reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira, Maurício Abdalla, e Paulo Fernando Carneiro de Andrade e o Padre Manoel Godoy, Diretor do Instituto São Tomás de Aquino - Ista -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2011

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Pompílio Canavez em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Bandeira do Sul, para debater as questões relacionadas ao acidente ocorrido nesse Município no dia 27/2/2011, especialmente no que se refere às condições da rede elétrica, e da Deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjuntamente com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para debater os impactos da Lei nº 18.030, de 2009 (ICMS Solidário), bem como os benefícios que tiveram as cidades com baixo IDH e cidades mineradoras com as novas regras de distribuição da receita do referido imposto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 16 de março de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Liza Prado - Pompílio Canavez.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/3/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de cartão encaminhando catálogo dos demonstrativos gráficos de resultados do Tribunal de Contas no ano de 2010; e de ofício publicado no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Antonio Carlos Alves Braga Júnior, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (8/1/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4/2011 (Deputado Délio Malheiros) e 6/2011 (Deputado Bonifácio Mourão), ambos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Délio Malheiros, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, foram apresentadas as Propostas de Emendas nºs 1 a 3, do Deputado Rogério Correia. Encerrada a discussão, é submetido a votação e aprovado o parecer. São rejeitadas as Propostas de Emendas nºs 1 a 3. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Bonifácio Mourão, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 6/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Rogério Correia. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1/2011, do Deputado Doutor Viana; 5/2011, dos Deputados Duarte Bechir e Duílio de Castro; 10, 157 e 192/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 19, 21 a 41, 43 a 48, 108 e 109/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 51/2011, do Deputado Rogério Correia; 77, 137 e 181/2011, do Deputado Duarte Bechir; 91 a 100, 102 a 106/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 136/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; e 159/2011, do Deputado Inácio Franco. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Bonifácio Mourão - Luzia Ferreira - Rogério Correia.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 47/2011

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o Projeto de Lei nº 47/2011, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.033/2010, tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Projeto Social Centro de Saúde Popular - Cesp -, com sede no Município de Juiz de Fora.

A matéria foi publicada no “Diário do Legislativo” de 17/2/2011 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Vem agora a este órgão colegiado, a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 47/2011 tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade Projeto Social Centro de Saúde Popular - Cesp -, com sede no Município de Juiz de Fora.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica e funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no parágrafo único do art. 7º, que as atividades de seus Diretores não serão remuneradas; e, no art. 18, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a pessoa jurídica caracterizada nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips -, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da entidade dissolvida.

Por fim, apresentamos, na parte conclusiva deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto, para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.



Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 47/2011 com a Emenda nº 1, redigida a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Centro de Saúde Popular - Cesp -, com sede no Município de Juiz de Fora.”.

Sala das Comissões, 15 de março de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira, relator - Cássio Soares - André Quintão - Luiz Henrique - Delvito Alves.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 6/2011

Comissão de Administração Pública

Relatório

Por meio da Mensagem nº 11/2011, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 6/2011, que “dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28 de dezembro de 2009, e dá outras providências”.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 11/2/2011, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Cabe, agora, a esta Comissão o exame da matéria quanto ao mérito, fundamentado nos termos seguintes.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende incluir entre os beneficiários do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores Públicos do Estado - Funapec -, criado pelo art. 3º da Lei nº 18.682, de 2009, alguns servidores que, amparados pela legislação vigente à época de criação do fundo, também eram beneficiários da carteira de seguros do Ipsemg.

A Lei nº 18.682, de 2009, que instituiu o Funapec, estabeleceu, em seu art. 4º, que são beneficiários do fundo os servidores públicos do Estado e seus dependentes regularmente inscritos, até a data de publicação do Decreto nº 43.336, de 20/5/2003, nos planos de pecúlio e seguros do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. Registre-se que o referido decreto cuidou de suspender temporariamente o processo de inscrição de segurado para a formação de pecúlios no âmbito do Ipsemg.

Para incluir as categorias de servidores que não foram contempladas na Lei nº 18.682, de 2009, o projeto de lei em análise propõe o acréscimo de um parágrafo único ao citado art. 4º, inserindo no rol de beneficiários do Funapec os servidores municipais que já eram contribuintes do pecúlio e seguros, os ex-segurados do serviço público estadual a que se refere o art. 96 do Decreto nº 26.562, de 19/2/87, e os servidores da Justiça não remunerados pelo Estado a que se refere o § 1º do art. 3º do mesmo decreto.

O Funapec foi criado para dar suporte financeiro ao Programa Estadual de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado, que se destina a assegurar os benefícios de pecúlio, seguro coletivo e seguro do cônjuge aos servidores do Estado e seus dependentes.

O projeto prevê ainda a instituição de uma taxa de administração no valor correspondente a 1% do somatório dos prêmios pagos aos beneficiários dos ex-segurados, a ser paga ao Ipsemg, que é o agente executor e financeiro do Funapec. O valor será deduzido do próprio fundo.

Consideramos que a inclusão dos referidos beneficiários no Funapec é medida necessária, uma vez que a legislação que cuida dos benefícios de pecúlio e de seguros já os ampara. Como mencionou o Governador do Estado na exposição de motivos que acompanha o projeto de lei em análise, a criação do fundo “teve o objetivo de promover melhorias na gestão da carteira de seguros do Estado e não o de eliminar categorias de segurados”.

Também a instituição de uma taxa de administração a ser paga ao Ipsemg nos parece medida razoável na medida em que este será o agente executor e financeiro do fundo.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, apontou problemas de ordem jurídica e de técnica legislativa e, para corrigir as distorções previstas no projeto, apresentou o Substitutivo nº 1. Ratificamos as alterações propostas pela referida Comissão, que em muito aprimoraram o projeto. Entre tais alterações, consideramos oportuno destacar a supressão do parágrafo único do art. 2º, que autoriza o Funapec a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração. A interpretação da Comissão de Constituição e Justiça é que tal dispositivo não se mostra razoável e contraria a lógica estabelecida pela lei que criou o fundo, segundo a qual o superávit financeiro do Funapec, apurado ao término de cada exercício fiscal, será mantido em seu patrimônio, ficando autorizada a sua utilização nos exercícios seguintes.

Vislumbramos, todavia, a necessidade de aprimorar o projeto no que concerne ao prazo em que os beneficiários deverão estar em dia com as contribuições de pecúlio e seguro. Da forma como está previsto no projeto e no Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, basta que o servidor esteja em dia com as contribuições na data de publicação da Lei nº 18.682, de 2009. Entretanto, pode haver uma situação em que o servidor estava em dia em 2009, mas, após essa data, parou de pagar as mensalidades de pecúlio ou prêmios. Esse servidor não pode, pela legislação que regula tais institutos, continuar como segurado. Para sanar tal imperfeição técnica, apresentamos a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Pelas razões expostas, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 6/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir redigida.



Emenda nº 1

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º da Lei nº 18.682, de 28 de dezembro de 2009, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1, a redação que se segue e acrescente-se ainda ao Substitutivo nº 1 o seguinte art. 3º, passando o atual art. 3º a art. 4º:

“Art. 1º - (...)

‘Art. 4º - (...)

Parágrafo único - Além dos servidores previstos no “caput”, são beneficiários do Funapec os seguintes grupos de servidores regularmente inscritos no Plano de Pecúlio e Seguros do Ipsemg:’.

(...)

Art. 3º - O disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 18.682, de 2009, acrescentado por esta lei, aplica-se exclusivamente aos servidores que estejam em dia com as contribuições para o Plano de Pecúlio e Seguros do Ipsemg na data de publicação desta lei.”.

Sala das Comissões, 17 de março de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Bonifácio Mourão, relator - Luzia Ferreira - Rogério Correia.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando Mary Lúcia Carlos Sarsur do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

exonerando Breno Gustavo Vieira Dias do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando Cynara Batista Duque Pôssas do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Elizabeth Rita de Oliveira Generoso Cotta do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando João da Silva Filho do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando Paulo César Gonçalves de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Breno Gustavo Vieira Dias para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Cynara Batista Duque Pôssas para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Elizabeth Rita de Oliveira Generoso Cotta para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Paulo César Gonçalves de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Rejane Maria de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Neilando Pimenta

exonerando Igor Cardoso dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Igor Cardoso dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Luiz Fernando Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Maria Antonieta Moreira de Andrade para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso, Vice-Líder do BPS;

nomeando Mary Lúcia Carlos Sarsur para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Ouvidor.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Flávia Antunes de Carvalho do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou os seguintes atos:

exonerando Adrienne Rocha de Magalhães do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gabinete da Presidência;

nomeando Maria de Lourdes Faleiro Barroso para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Carlos Dias da Encarnação do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;



exonerando Eunice Araújo Moreira Soares do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Rafaela Araújo de Castro do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Carlos Dias da Encarnação para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Cleuza Maria de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Eunice Araújo Moreira Soares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Fábio Luiz Siqueira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Flávia Antunes de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Geraldo Deusdedit Cardoso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Hilda Batista Castro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Izabela Marques Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Luciano Teixeira Cordeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria das Dores Adriane de Paiva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria de Fátima Rivetillo Buono Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marize Alves Silva Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Rafaela Araújo de Castro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, tendo em vista o disposto na alínea “c” do inciso III do artigo 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e observado o artigo 31 da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 14/3/03, conforme sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Marco Antônio Santos Leite, CPF 132.786.816-49, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Consultor, padrão AL-51, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, ficando retificado o Ato da Mesa publicado no Minas Gerais de 24/5/03.



ERRATAS

TERMO DE CONVÊNIO

Na publicação da matéria em epígrafe referente a convênio com o Município de Iturama, verificada na edição de 17/3/2011, na página 79, col. 4, acrescente-se, após o período relativo à vigência:

“Dotação orçamentária: 02.06.01-04.122.0007-2.060-3.3.90.39.01.”.

TERMO DE CONVÊNIO

Na publicação da matéria em epígrafe referente a convênio com o Município de Perdizes, verificada na edição de 17/3/2011, na página 79, col. 4, acrescente-se, após o período relativo à vigência:

“Dotação orçamentária: 0228041339200822013533903900”.